



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012197-33.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **PAULO CESAR ALBERTINI BRESCANSIN**
 Requerido: **SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

CONCLUSÃO

Em 12 de maio de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Declaratória de Inexistência de Dívida c/c Indenização por Danos Morais c/c Antecipação de Tutela** proposta por **PAULO CÉSAR ALBERTINI BRESCANSIN** contra o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS – SAAE**, sob a alegação de que lhe foi cobrado um consumo exorbitante de água, devido a ocorrência de alguns vazamentos no relógio medidor de sua residência, que se deram nos meses de fevereiro e março de 2014. Informa que em uma das ocasiões, o requerido demorou 2 (duas) semanas para realizar o conserto, apesar de ter sido informado de que a água escorria como uma cachoeira pelo muro de sua casa, sendo que, por volta do final de março e início de abril, a equipe do SAAE efetuou o reparo, não tendo fornecido cópia da ordem de serviço, após o que emitiu uma conta de consumo, com vencimento em abril de 2014, no valor de R\$ 1.722,31 (fls. 18). Entende que a cobrança exorbitante não é devida e rechaça o corte no abastecimento, que deixou sua família sem água durante dois dias. Aduz ter registrado reclamações e que ficou sem água em outras oportunidades, ocasião em que foi surpreendido com o requerido realizando a interrupção no abastecimento de sua residência em situação que chamou a atenção de vizinhos e pessoas que passavam pela rua, configurando vexame e injusto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

transtorno em sua vida e de sua família, causando-lhe danos morais, que pretende ver ressarcidos. Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/19.

Decisão que deferiu a liminar às fls. 20/22.

O autor noticiou novo corte no abastecimento de água em sua residência em 14/01/2015 (fls. 25).

Pela decisão de fls. 26, determinou-se o imediato religamento das redes de água e esgoto, sob pena da incidência da multa já fixada.

Manifestação do SAAE sobre a decisão de fls. 26 às fls. 32/39.

O SAAE foi devidamente citado (fls. 43) e apresentou contestação (fls. 48/66), alegando, em síntese, que o alto valor cobrado refere-se a inúmeras contas em atraso, dentre elas, a conta do mês de 03/2014, cujo montante já foi analisado e indeferido pela autarquia, que autorizou tão somente a prorrogação de seu vencimento para 31/12/2014, para fins de parcelamento no início de janeiro de 2015. Afirma que foram realizados consertos de vazamento no hidrômetro do imóvel nas datas de 08/01/2014 e 04/02/2014, em atendimento às ordens de serviços registradas pelo requerente junto ao 0800 da autarquia. Aduz que as interrupções dos serviços ocorreram devido ao fato do requerente não realizar o pagamento das faturas até a data do vencimento, sendo que as contas de 12/2013, 01/2014 e 02/2014, foram pagas em atraso e motivaram as interrupções dos serviços. Informa que, quando o autor solicitou a revisão dos valores referentes a conta do mês 03/2014, ela foi retida e não houve a interrupção dos serviços com base nessa conta, cujo vencimento foi alterado para o mês de dezembro de 2014, sendo que diante do não pagamento procedeu-se à notificação e à nova interrupção dos serviços de água no imóvel. A contestação foi instruída com os documentos de fls. 67/99.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta julgamento antecipado, pois as questões fáticas foram comprovadas documentalmente, sendo desnecessária a dilação probatória.

O pedido comporta parcial acolhimento.

Os documentos de fls. 72/73 demonstram que, no ano de 2013, ou seja, nos meses anteriores a março/2014, o consumo nunca ultrapassou 22m³ ou o valor de R\$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

87,05. O SAAE admitiu que efetuou consertos de vazamento junto à caixa padrão do hidrômetro do imóvel nas datas de 08/01/2014 e 04/02/2014, em atendimento às ordens de serviços abertas através do serviço de atendimento do 0800.

Contrariamente ao alegado na contestação, o serviço de gerência de controle da micromedição do requerido afirmou que, na data de 17/07/2014, o imóvel teve o fornecimento de água suprimido devido a débitos das contas 12/2013, 01/2013, 02/2014 e 03/2014, informando ter havido o restabelecimento no abastecimento no dia 18/07/2014, após o pagamento das contas referentes a 12/2013, 01, 02, 04 e 05/2014. Informou que o usuário dos serviços questionou a conta do mês 03/2014 e que, em 28/07/2014, o imóvel teve o fornecimento de água suprimido devido ao débito da referida conta, que após formalizado protocolo de revisão foi restabelecido o abastecimento. Informou, por fim, que os vazamentos ocorridos na caixa padrão foram consertados fora do período da conta de 03/2014, compreendendo a leitura entre as datas de 26/02/2014 a 28/03/2014, tendo ocorrido a suspensão do abastecimento pelo débito da conta de 03/2014 em 10/12/2014, 15/12/2014, 07/01/2014 e 14/01/2014, com religamentos ocorridos nas datas de 11/12/2014, 15/12/2014, 08/01/2015 e 16/01/2014, sendo este último em decorrência da concessão de liminar concedida neste processo (fls. 70/71).

Os vazamentos no relógio medidor do imóvel do requerente são incontestes.

O requerido não impugnou especificamente todos os fatos alegados na inicial e, notadamente, o período de duas semanas que demorou para que o conserto fosse realizado. Também não trouxe qualquer documento que atribuísse a responsabilidade pelo vazamento ao autor, prova que lhe incumbia para se ver livre de qualquer responsabilidade. Foge à razoabilidade atribuir ao autor um consumo tão fora dos patamares usuais, na casa dos 176 m³, (fls. 72), em contraposição ao consumo tirado em outros períodos.

O serviço prestado no imóvel da requerente é indiscutivelmente de natureza consumerista, considerando que quem o utiliza (fornecimento de água/esgoto) o faz como destinatário final, possuindo o requerido a natureza de fornecedor de serviços, a teor do disposto no art. 3º, do CDC.

Além disso, o autor é parte hipossuficiente na relação de consumo, possuindo desconhecimento técnico e informativo do serviço prestado, razão pela qual a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inversão do ônus da prova é medida de justiça.

O requerido não fez nenhuma prova de que houve desperdício de água na unidade consumidora, decorrente de algum fato extraordinário, sendo certo que, como já assinalado, tão logo constatado o vazamento o autor registrou reclamação cobrando providências, por inúmeras vezes.

Assim, não pode o autor sofrer as consequências pelo consumo excessivo registrado, ficando sem o correspondente abastecimento de água e coleta de esgoto em seu imóvel, por motivos que fogem à sua responsabilidade.

De outro lado, a autarquia agiu com exagero e desrespeito ao consumidor, realizando sucessivos cortes no abastecimento de água em decorrência de débitos pretéritos, que reclamam outro tipo de procedimento, a exemplo de sua cobrança, como reiteradamente vem decidindo o Colendo Superior Tribunal de Justiça. Patente o dano moral suportado pelo consumidor, que se viu privado de bem essencial, sendo exposto perante vizinhos e populares, por ocasião do rompimento do noticiado abastecimento, que não foi negado pela autarquia.

Nesse sentido:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA EM RAZÃO DE DÉBITO PRETÉRITO. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTE DO C. STJ. MEDIDA COERCITIVA DESCABIDA. AFRONTA AO ART. 42 DO CDC. DANO MORAL *IN RE IPSA* CARACTERIZADO. QUANTUM ARBITRADO COMPATÍVEL COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO". (Apelação nº: 0008524-11.2013.8.26.0590; Relator(a): Alfredo Attié; Comarca: São Vicente; Órgão julgador: 12ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Data do julgamento: 08/05/2015; Data de registro: 09/05/2015).

Ressalte-se, ainda, que não há comprovação de que o autor tenha sido notificado de que os cortes seriam realizados.

Assim, configurado o dano moral, resta o arbitramento da indenização correlata.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Desta feita, e, levando em conta o seu caráter didático, de modo a coibir a reincidência do causador do dano, mas sem proporcionar enriquecimento sem causa à vítima do dano moral, fixo a indenização correlata em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Não é cabível, entretanto, o reembolso em dobro pelo valor cobrado, como pretendido pelo autor, uma vez que se exige, a teor do disposto no parágrafo único do art. 42, do CDC, que a repetição se dê por valor igual ao dobro do que se pagou em excesso, não tendo havido o pagamento da fatura do mês de março/2014, com vencimento em abril/2014, no valor principal de R\$ 1.722,31, cujo valor o autor pretende ver declarado inexigível.

Ademais, também não se verifica a má-fé da autarquia.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, e parcialmente procedente o pedido, para declarar inexigível o valor cobrado no mês de março de 2014 (fls. 18) - R\$ 1.722,31 (hum mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos) - para o qual a autarquia deve emitir nova fatura, pelo consumo mensal relativo à média dos seis meses anteriores e posteriores ao referido período.

Por outro lado, condeno o requerido ao pagamento dos danos morais, fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e juros moratórios, que corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, a partir do evento danoso (primeiro corte de água), conforme Súmula 54 do C. STJ.

Tendo havido sucumbência recíproca, os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), devem ser rateados, na proporção de 30% para o autor e 70% para o requerido, observando-se a A.J.G.

P.R.I.C

São Carlos, 21 de maio de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**